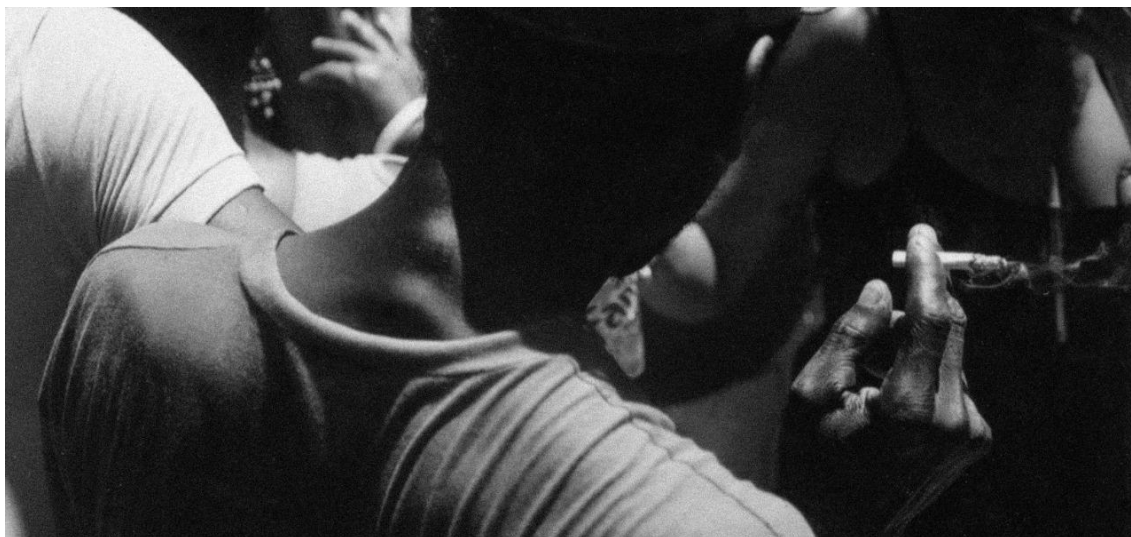


**(RE)PENSAR A RAÇA  
IMAGINAÇÕES, NARRATIVAS, ALTERNATIVAS**

Vítor Queiroz<sup>1</sup>



**Imagem-Êsù**, Lucas Mucarzel. Fotografia originalmente publicada em Mucarzel, 2018.

Pensar diferentes ideias de *raça*, traçar esquemas classificatórios e produzir diagnósticos variados sobre esta problemática não são atividades incomuns entre nós. O tema se confunde, na verdade, com a própria história da intelectualidade nativa e da ciência feita no Brasil, com destaque para as áreas que hoje reunimos sob o nome de Ciências Sociais. Desde o século XIX, pelo menos, as pesquisas sobre o assunto concentraram-se, porém, nas questões levantadas pela presença histórica dos africanos e seus descendentes brasileiros, deixando outras configurações raciais em segundo plano. Fato que não é surpreendente em um país marcado não apenas por 300 anos de comércio negreiro transatlântico, mas também por ser a maior região importadora de escravizados dentre todas as economias escravistas das Américas (SLENES, 2010).

De acordo com diferentes perspectivas teóricas, às publicações pioneiras sobre a *cultura afro-brasileira* feitas por médicos oitocentistas, folcloristas e principalmente por antropólogos da primeira metade do século XX (CORRÊA, 2014; PINHO, 2019) sucederam-

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pela UNICAMP. Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da UFRGS. Integrante do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT). Email: [queiroz.vitor@gmail.com](mailto:queiroz.vitor@gmail.com)

se, os estudos sobre o negro ou sobre as relações raciais da Sociologia (SIQUEIRA, 2006; BASTIDE e FERNANDES, 2008) e, recentemente, a crítica da *branquitude* ou *branquidade* e do *racismo estrutural* (BENTO, 2002; CARNEIRO, 2005; SILVA, 2007). No entanto, nem sempre as produções dos cientistas sociais brasileiros ou estrangeiros que se dedicaram a este tópico foram divulgadas a contento ou caminharam juntas com as discussões da sociedade envolvente.

Bastam dois exemplos para tornar isto evidente. Apesar deste vasto montante de estudos sobre questões raciais, o governo brasileiro reconheceu oficialmente a existência de problemas raciais e passou a criar políticas específicas para lidar com eles apenas a partir da presidência do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Por outro lado, a lei 10.639/03 que institui “o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana” e, posteriormente, “indígena” só foi sancionada em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, até hoje é efetivada, na maior parte dos casos, de maneira improvisada, em poucas páginas de livros didáticos – que, aliás, tendem a insistir em visões simplistas do passado colonial/imperial e em valorizações exotizantes de grandes reinos e impérios africanos.

Além disso, há muito que alguns estudiosos vêm apontando a ausência de um paradigma conceitual que oriente os mais variados trabalhos sobre *raça* no Brasil. Contudo, a multiplicidade temática e etnográfica dos contextos analisados tem sido recebida positivamente por outros autores, já que refletiria não só um crescente interesse sobre os estudos raciais, como também demonstraria um revigoramento, publicização e autonomia dessa área de estudos. Passados alguns anos desde os últimos grandes balanços crítico sobre o tema (SCHWARCZ, 1999; PINHO e SANSONE, 2008), cabe-nos perguntar em que medida o acúmulo de estudos e as recentes transformações dentro desse campo de investigações podem contribuir para produção de um paradigma conceitual das relações étnico-raciais. Ou, ainda, seria tal paradigma desejável?

Este dossiê temático reúne artigos que se propõem a (re)pensar tais questões de modo alternativo e criativo. Tendo em vista que a maioria das reflexões sobre *raça* no Brasil, com maior ou menor potência analítica e política, tende a repetir duas conclusões – a existência do preconceito racial em nosso país e a necessidade de valorizar certos elementos de uma cultura negra e popular, como o samba, a devoção das congadas ou os candomblés –, testamos aqui outros modos de imaginar, delimitar ou encarar este tema importantíssimo. Evidentemente ambas as abordagens clássicas citadas foram – e ainda são – fundamentais sob diversos aspectos, porém outras posturas metodológicas e outros arranjos teóricos podem ser

proveitosos para, dentre outras coisas, enriquecer, perspectivar e complexificar nossas narrativas sobre a enorme diversidade de tensões e experiências raciais brasileiras.

Na primeira parte do artigo “Apontamentos sobre raça, identidades e enunciação da diferença” Wilson Penteado Júnior revisita a bibliografia sobre identidade e etnicidade. O autor relembra que, pelo menos desde as *comunidades étnicas* da sociologia de Max Weber (WEBER, 1991), ou dos estudos clássicos de Frederick Barth e Abner Cohen (BARTH, 1998; COHEN, 1969), as Ciências Sociais dispõem de um arcabouço teórico para tratar a diferença de modo intrinsecamente relacional. Não obstante, a ideia de *raça* como algo mais ou menos essencial e a apriorístico costuma repor – no interior de orientações políticas irreconciliáveis que vão do racismo ao orgulho racial – certos elementos tais como a identidade ou o corpo negro de maneira substancializada.

Stella Paterniani tira conclusões muito diferentes deste mesmo paradoxo no seu artigo “(Re)pensando terra, corpo e tempo: algumas ferramentas analíticas anti-branquidade”. Em um primeiro momento, a autora recapitula os diferentes usos do conceito de *raça* entre nós, apresentando o que ela chama de “crítica da branquidade no pensamento social brasileiro” (PATERNIANI, p. 4-6), ou seja, as demandas de movimentos e intelectuais negros que, ao longo do século XX, esforçaram-se para ampliar o potencial analítico e político dos estudos étnico-raciais no país. Em seguida, ela explora a vitalidade êmica e, inclusive, o potencial revolucionário que a ideia de *raça* pode assumir no cotidiano transnacional, brasileiro e afrodiaspórico. Esta potência se atualizaria constantemente em memórias refeitas e ressignificadas, em corpos ou pensamentos que refletem e refratam as categorias que originalmente os excluirmos e na criação de possibilidades imaginativas concretas, de utopias localizadas que seriam capazes de “curva[r] a realidade, reformula[r] o mundo” (WALIDAH IMARISHA *apud* PATERNIANI, p. 10) como verdadeiras táticas de guerrilha que visam escapar de um modo de produção de conhecimento epistemicida na qual a *branquidade* se supõe como norma e elemento dominante não-dito.

Se assumimos, seguindo os caminhos traçados por estes dois primeiros artigos dedicados à reflexão conceitual, que *raça* é uma categoria transversal do pensamento capaz de articular distintas relações, contextos, escalas, localidades e entidades (STRATHERN, 2014; WEHELIYE, 2014), entendemos também que essas concepções e jogos de relações precisam ser demonstrados etnograficamente. Afinal, é em contextos sociais específicos, nos quais instituições, discursos, práticas, tecnologias e artefatos culturais definem e materializam constantemente, que as fronteiras raciais e o senso de pertencimento subjetivo a uma

coletividade englobante conformam ora um pano de fundo ora uma matriz epistemológica por meio dos quais inquirimos a nós mesmos, a sociedade e o Outro.

O artigo “Uma modernidade alternativa?: arquitetura, raça e colonialismo em Lourenço Marques no período tardo-colonial” de Inácio Dias de Andrade tem o mérito de mostrar, exatamente, que as dimensões micro e macrossociais da nossa problemática costumam estar indissociavelmente unidas. O autor trabalha, por um lado, com a circulação transnacional de ideias e práticas de segregação racial, domínio colonial do espaço e controle de populações autóctones entre o empobrecido governo português, os outros impérios europeus em África e até mesmo o Brasil tal como visto pelos olhos de Gilberto Freyre. Por outro, ele faz uma análise minuciosa de uma localidade definida, de uma geração de arquitetos luso-moçambicanos e termina, concentrando seu foco cada vez mais, por descrever os paradoxos político-raciais implicados na materialidade de um único prédio e na carreira de um único sujeito.

A partir de uma estratégia etnográfica semelhante, aplicada, no entanto, a um tema bem diverso, o ensaio “Elza Soares: dos alfinetes à carne negra”, escrito por Rafael César, Carolina Branco e por mim, encara o corpo desta famosa cantora como um eixo privilegiado para o qual converge uma série de fontes, declarações e imagens aparentemente desconectadas. Neste trabalho, defendemos que as intensas transformações pelas quais passou a figura pública de Elza Soares não são apreensíveis sem a adoção de uma visada abrangente que considere tanto a materialidade da carne e dos adereços utilizados por esta artista quanto contextos históricos de média e longa duração permeados por dispositivos narrativos e possibilidades de subjetivação diferentes.

O artigo “A identidade quilombola em uma escola da comunidade da Baixa Grande do município de Muritiba – BA” de Flávia da Silva Alves e José Conceição Silva Araujo, finalmente, explora uma escala etnográfica localizada e um território específico. Temos a oportunidade de ver, neste texto, através da dimensão micro-social de uma comunidade reconhecida como “remanescente de quilombo” há pouco tempo, como os assuntos tratadas pelos demais autores do dossiê – identidade, processo de racialização, circuitos e alianças, concretização de dispositivos de saber, etc. – são vividos e negociados na prática.

Portanto, esta edição da Revista de Educação e Ciências Sociais da Universidade Estadual da Bahia (RECS/ UNEB, v. 3, n. 5, 2020) traz pesquisas de campo e de arquivo e reflexões de caráter teórico-metodológico que apontam para diferentes pedagogias e epistemologias ligadas a pessoas, entidades, grupos ou instituições negras; processos de racialização complexos (nacionais ou transnacionais), não necessariamente ligados a uma

única pertença identitária; e a manutenção, materialização, espacialização ou apagamento concreto de memórias e narrativas nas quais a ideia de raça desempenha um papel central. Em que pese a diversidade de enfoques e materiais analíticos, todos os artigos do dossiê apontam para uma única conclusão: não se deve pensar *raça* como um elemento apriorístico, que preexiste às relações, mas entendê-la simultaneamente como produto e dimensão produtora de determinadas relações.

Esperamos que esta perspectiva juntamente com nossos esforços imaginativos possa trazer contribuições para a temática racial, algo urgente em um momento no qual as conquistas legais, institucionais e simbólicas das diversas mobilizações negras nos últimos 25 anos estão sob séria ameaça e corpos negros são brutalmente assassinados na frente do olho impassível das câmeras de segurança... até mesmo para descobrir outros jeitos de entender o racismo brasileiro, ao ensinar, valorizar e recriar a experiência negra no Brasil sob novos enfoques.

Na seção aberta, três artigos referem-se à pedagogia emancipatória e popular de Paulo Freire: “Exigências e interfaces da inserção juvenil na Educação de Jovens e Adultos” de José Lima e Sara Barreto, “Ecossistemas educativos, saberes e identificações do lugar: manguezal e associação dos artesãos de Saubara-Bahia” de Inadja Elizabete Nogueira Vieira e “Contribuições da pedagogia freireana para a educação ambiental” de Elisa Santana. Estes trabalhos dialogam com o cenário de polarização política e social do Brasil de hoje de forma indireta, mas precisa. Freire, um educador internacionalmente reconhecido, se tornou alvo de polêmicas e disputas nos últimos anos, sendo depreciado por grupos conservadores.

O texto de Elisa Santana, especialmente, reafirma as potencialidades do pensamento de Paulo Freire tendo em vista uma *educação ambiental* lida numa chave holística e processual que chega a questionar as fronteiras entre *natureza* e *cultura*, ser-humano e meio ambiente. Em suas palavras, tal pedagogia desdobra-se numa “concepção do ser humano como um ser inacabado em constante transformação e pertencente à natureza, negando assim a dicotomia entre homem x natureza” (SANTANA, p. 146), sendo, por outro lado, fundamentada na valorização das experiências e dos saberes práticos, localizados dos educandos.<sup>2</sup>

A temática ambiental, questão das mais problemáticas para o Brasil atual ao lado da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), é focalizada também no artigo “Ecossistemas educativos” de Inadja Elizabete Nogueira Vieira. Apesar de partir de uma perspectiva

---

<sup>2</sup> Cf. também, no mesmo sentido, mas partindo de um contexto e de referenciais diversos, a defesa feita pela bióloga feminista Donna Haraway dos saberes parciais e localizados (Haraway, 1988) e da inseparabilidade das *naturecultures* (Haraway, 2003).

diferente, a autora adota um viés igualmente sensível ao descrever em detalhes os saberes cotidianos das artesãs e marisqueiras de Saubara. Inadja Vieira inspira-se na fenomenologia, baseada numa interação etnográfica cuidadosa, e numa compreensão do *lugar* que entrelaça diversas dimensões da vida dessas mulheres – das preocupações financeiras à técnica renda de bilro, do território à memória, do tato e do olho à alternância entre categorias da percepção tais como o *seco* e o *úmido*. O artigo tangencia, inclusive, a temática da raça ao incluir a ideia de “racismo institucional e ambiental” do sociólogo Robert Bullard (BULLARD, 2005), dialogando assim com o nosso dossiê temático.

Finalmente, tanto o trabalho já mencionado de José Lima e Sara Barreto sobre a EJA quanto o artigo “Relação família idoso na construção da identidade sociocultural em Candeias (BA)” de Alexandre Timbane e Lourdes Batista exploram relações e impasses intergeracionais. Lima e Barreto mostram os ideais envolvidos na criação da EJA, seus enquadramentos em instrumentos legais prescritivos e o quadro de juvenilização pelo qual esta modalidade de educação tem passado. Os autores apontam alguns dos desafios gerados pela pluralidade de vivências dos alunos matriculados na EJA e pelas más-condições enfrentadas por seus educadores. Já Timbane e Batista apresentam os arranjos familiares numa cidade do Recôncavo Baiano, marcada pela pobreza extrema e pelas vulnerabilidades sociais. A perspectiva deles é extremamente crítica aos constrangimentos, de diversas ordens, pelos quais os idosos das famílias de Candeias passam, uma vez que eles tendem a ocupar uma espécie de não-lugar na sociedade local e em seus respectivos espaços domésticos.



Imagem-Êşù, Lucas Mucarzel. Fotografia originalmente publicada em Mucarzel, 2018.

## REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008 (1955).
- BARTH, Fredrik. *Introduction*. In: BARTH, F. (ed.). *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Illinois: Waveland Press, 1998 (1969).
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In: CARONE, Iray e BENTO, M. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental, *Revista Eco 21*, XV(98), 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2005.
- COHEN, Abner. *Custom and Politics in Urban Africa: a study of Hausa migrants in Yoruba towns*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1969.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2014 (1998).
- HARAWAY, Donna. *Situated Knowledges: the Science question of feminism and the privilege of partial perspective* In: *Feminist Studies*, 14(3), 1988.
- \_\_\_\_\_. *The Companion Species Manifesto*. Chicago: Prickly Paradigm, 2003.
- MUCARZEL, Lucas. *A imagem-Êşù na cidade: fotografia e urbanismo no centro antigo de Salvador*. (Dissertação de mestrado). Salvador: UFBA, 2018.
- PINHO, Osmundo *A antropologia no espelho da raça*. In: *Novos Olhares Sociais*, 2(1), 2019.
- \_\_\_\_\_. e SANSONE, Lívio (orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: ABA/ EDUFBA, 2008.
- SCHWARCZ, Lília. *Questão racial e etnicidade*. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo, Sumaré, 1999.
- SILVA, Denise Ferreira da. *Toward a Global Idea of Race*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- SIQUEIRA, Jose. *Entre Orfeu e Xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil, 1944-1968*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- SLENES, Robert. *Brazil*. In: PAQUETTE, Robert e SMITH, Mark (orgs.). *The Oxford Handbook of Slavery in the Americas*. Nova York: Oxford University Press, 2010.
- STRATHERN, Marilyn. *O Efeito Etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas*. In: *Economia e Sociedade – vol. 1*. Brasília: Editora UNB, 1991 (1922).
- WEHELIYE, Alexander. *Habeas Viscus: racializing assemblages, biopolitics and black feminist theories of the human*. Durham: Duke University Press, 2014.